

POSSIBILIDADES INTERVENTIVAS ÀS OPRESSÕES DE GÊNERO NAS OFENSIVAS CAPITALISTA: A EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL COM MIGRANTES DO PROGRAMA “MULHERES SIM” DO IFSC/JOINVILLE

POSIBILIDADES DE INTERVENCIÓN A LAS OPRESIONES DE GÉNERO EN LOS DELITOS CAPITALISTAS: LA EXPERIENCIA EDUCATIVA CON MIGRANTES DEL PROGRAMA “MUJERES SIM” DEL IFSC/JOINVILLE

INTERVENTIVE POSSIBILITIES TO GENDER OPPRESSIONS IN CAPITALIST OFFENSES: THE EDUCATIONAL EXPERIENCE WITH MIGRANTS FROM THE PROGRAM “WOMEN YES” OF THE IFSC/JOINVILLE

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v15i3.54635>

Hanen Sarkis Kanaan¹

Francisca Vilandia de Alencar²

Resumo: As mulheres encampam uma extensa luta por igualdade de direitos e acesso igualitário aos espaços sociais de poder no interior da sociedade capitalista, de modo que a discriminação naturalizada obriga as mulheres a lutarem duas vezes: contra o capitalismo e contra a opressão masculina. No entanto, como diria Elisabeth Souza-Lobo “A classe operária tem dois sexos”, por isso, trata-se de um processo e uma luta conjunta, não sendo possível empreender em ordem sequencial: vencer o capitalismo para só então superar outras formas de opressão. São coisas indissociáveis e enfrentadas ao mesmo tempo. Por isso, queremos aqui apresentar a experiência do Programa “Mulheres Sim” no IFSC, em especial a do Câmpus Joinville, como possibilidade interventiva às opressões de gênero na sociedade capitalista, a qual comprova que a Universidade possui meios para propor novas práticas socioculturais na sociedade, proporcionando o empoderamento de grupos oprimidos através do conhecimento crítico, mas também prático quando o relaciona com a profissionalização para a autonomia.

Palavras-chave: Extensão universitária. Formação de mulheres migrantes. Projeto educacional integração social.

Resumen: Las mujeres abrazan una extensa lucha por la igualdad de derechos y el acceso igualitario a los espacios sociales de poder dentro de la sociedad capitalista, por lo que la discriminación naturalizada obliga a las mujeres a luchar dos veces: contra el capitalismo y contra la opresión masculina. Sin embargo, como diría Elisabeth Souza-Lobo “La clase obrera tiene dos sexos”, por lo tanto, es un proceso y una lucha conjunta, no pudiendo emprenderse en orden secuencial: derrotar al capitalismo y solo entonces vencer otras formas de opresión. Son cosas inseparables y enfrentadas al mismo tiempo. Por ello, queremos presentar aquí la experiencia del Programa “Mulheres Sim” del IFSC, en particular del Campus de Joinville, como posibilidad de intervención

para la opresión de género en la sociedad capitalista, que prueba que la Universidad tiene los medios para proponer nuevas prácticas socioculturales en la sociedad, proporcionando el empoderamiento de los grupos oprimidos a través del conocimiento crítico, pero también del conocimiento práctico cuando se relaciona con la profesionalización para la autonomía.

Palabras clave: Extensión universitaria. Formación de mujeres migrantes. Proyecto educativo de integración social.

Abstract: Women embrace an extensive struggle for equality of rights and equal access to the social spaces of power within capitalist society, because of which naturalized discrimination obliges women to fight twice: against capitalism and against male oppression. However, as Elisabeth Souza-Lobo would say “The working class has both sexes”, therefore, it is a process and a joint struggle, it cannot be undertaken in sequential order: defeating capitalism and then only defeating other forms of oppression. They are inseparable things and faced at the same time. For this reason, we want to present here the experience of the “Mulheres Sim” Program of the IFSC, in particular of the Joinville Campus, as a possibility of intervention for gender oppression in capitalist society, which test that the University has the means to propose new practices sociocultural in society, providing the empowerment of oppressed groups through critical knowledge, but also practical knowledge when it relates to professionalization for autonomy.

Keywords: University extension. Training of migrant women. Social integration educational project.

Notas sobre o trabalho feminino e mulheres migrantes em um período de ofensiva neoliberal

A classe trabalhadora comporta uma coletividade de sujeitos que é complexa e heterogênea, cuja luta atravessa gênero, classe social e cor, como é o caso da luta feminina por melhores condições de trabalho que além de se situar em um contexto de superexploração³ do trabalho como um todo, ainda têm suas condições laborais ainda mais precarizadas do que os trabalhadores do sexo masculino. É nesse sentido que posicionamos o trabalho feminino como uma luta histórica e que a cada ciclo econômico do capitalismo encontra novos obstáculos.

De modo geral, entendemos que à precarização do trabalho feminino caracteriza-se pela instabilidade, flexibilização contratual, desmonte de direitos trabalhistas conquistados por diversas lutas históricas e que levam a precarização do trabalho em relação ao gênero feminino a partir de uma dinâmica de poder para opressão que é cultural e social e que é lucrativa na lógica do sistema capitalista.

Tal cenário é ainda mais caótico quando se trata de mulheres em situação prisional, migrantes, quilombolas, transexuais, dentre outras, isso porque as sociedades capitalistas se constituem pela lógica da exploração da mão de obra e da expropriação da propriedade, sendo no caso do Brasil, e dos países da América Latina, uma questão ainda mais grave quando se desenvolve como capitalismo dependente⁴ com a superexploração e a superexpropriação. Nessa condição, ainda se segmenta o universo feminino e suas lutas por igualdade e direitos.

A luta das mulheres pelo fim da discriminação e pela igualdade de gênero vem transformando a sociedade em muitos países e também no Brasil, mas ainda há muito pelo que lutar. Essas transformações se deram a partir da conquista de novos direitos, sobretudo a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88), pela adoção de políticas públicas que colaboram para a redução da discriminação e desigualdades, sobretudo educacionais, dentre outros fatores, e é nesta linha que

Kollontai aponta que a emancipação da mulher vai além dos entraves econômicos, precisando superar a base moral familiar:

Para tornar-se realmente livre, a mulher tem que se desembaraçar das cadeias que faz pesar sobre ela a forma atual, ultrapassada e constrangedora, da família. Para a mulher, a solução do problema familiar não é menos importante que a conquista da igualdade política e o estabelecimento de sua plena independência econômica. (KOLLONTAI, 1982, p. 13).

O sistema capitalista não atinge os trabalhadores da mesma maneira, seja em condições de acesso a postos de trabalho e a salários, essa realidade é mais difícil para determinados grupos, como por exemplo, mulheres, mulheres negras, mulheres migrantes. O processo de migração de mulheres tem especificidades que o diferenciam do processo que ocorre com os homens. Em geral, a mulher migrante está mais vulnerável à violência, encontra menos oportunidades de trabalho e tem mais dificuldade na participação social.

Neste cenário, nota-se que as políticas educacionais exercem um papel importante como parte do processo de inclusão socio educacional e da cidadania participativa, conforme podemos extrair da experiência do Programa “Mulheres Sim”, detalhado na seção seguinte, desenvolvido pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Campus Joinville. A iniciativa estruturou e desenvolveu cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) com profissionalização em artesanato. O público-alvo eram mulheres migrantes haitianas e brasileiras. Além da formação profissional, os cursos oportunizavam o aprendizado da língua portuguesa, estimulavam a cidadania participativa e o debate sobre a equidade de gênero⁵. Segundo Farah,

A inclusão da questão de gênero na agenda governamental ocorreu como parte do processo de democratização, o qual significou a inclusão de novos atores no cenário político e, ao mesmo tempo, a incorporação de novos temas pela agenda política. Os movimentos sociais que participaram de lutas pela redemocratização do regime tinham as mulheres como um de seus integrantes fundamentais. (...) A história destes movimentos é também a da constituição das mulheres como sujeito coletivo. (FARAH, 2003, p.3).

É importante observar que esta profissionalização visa à autonomia da mulher migrante, pois a atividade remunerada é uma das condições que favorece o processo de inserção visto que o trabalho é parte fundante do processo de reprodução da vida. Como aponta Paulo Freire, o acesso à escolarização e a formação profissional oportunizam a participação social, possibilitam a escolha e a compreensão de que somos sujeitos históricos, capazes de interferir na realidade em que estamos inseridos e que podemos transformar a nossa história.

No que se refere a cidade de Joinville, Santa Catarina, e seus processos migratórios, é preciso apresentar uma breve contextualização. Ao longo de sua história, a cidade recebeu diversos migrantes buscando melhores condições de vida e novas oportunidades de trabalho. Na época do Brasil colônia, foram os portugueses e os trabalhadores escravizados. No final do 2º reinado brasileiro os povos

germânicos chegam na Barca Colon⁶. Já no século XX, a cidade recebe uma nova leva de migrantes: os agricultores paranaenses que tiveram suas terras desapropriadas para a construção de barragens entre as décadas de 1970 e 1980. A partir de 2011, um fluxo migratório intenso de trabalhadores e trabalhadoras haitianos têm chegado à cidade (e ao país de modo geral) impulsionado pela crise humanitária e por desastres ambientais que produziram uma crise sem precedentes no Haiti.

Os homens têm encontrado menos dificuldades de inserção social no mercado de trabalho do que as mulheres, ainda que exerçam funções diferentes de sua formação. (SOUZA-LOBO, 2021). No caso das mulheres, a inserção é um processo mais complexo, pois envolve uma conciliação com os afazeres domésticos, o aprendizado da língua portuguesa e a inserção no mercado de trabalho. A ampliação das relações pessoais fora do grupo social que convivem acaba sendo valiosa, porém nem sempre o acolhimento de mulheres, estrangeiras e negras em uma cidade que cultua a migração germânica, ocorre de forma tranquila. Os espaços educativos que oferecem cursos de qualificação profissional ou mesmo o de Português como Língua de Acolhimento (PLAC) acabam se transformando em locais de acolhimento e de integração social.

A mediação pedagógica, a socialização de saberes e, sobretudo a necessidade de sobrevivência, podem oferecer novas oportunidades, novos caminhos e relações, a partir de interesses compartilhados. Neste sentido, o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Campus Joinville, vem conseguindo viabilizar a partir do Programa “Mulheres Sim” o estabelecimento de relações sociais e vínculos em uma terra ainda estrangeira.

Aspectos como a precariedade da condição de vida das mulheres haitianas, os processos de discriminação racial e a dificuldade do acesso ao emprego formal estimularam o debate e o entendimento dos servidores do IFSC, Campus Joinville, sobre a necessidade de oferecer um curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) direcionado às mulheres migrantes haitianas, buscando promover e estimular a interação social das migrantes haitianas com mulheres brasileiras jovens e adultas, bem como auxiliar no processo de apropriação da língua portuguesa.

A educação das mulheres, sob o enfoque de uma cidadania ativa, é vista como um caminho para a redefinição de seus valores e percepções de vida. Assim, tanto a educação formal quanto a informal têm um papel crucial na maneira como elas compreendem o mundo e desenvolvem seu entendimento através dos processos educativos. Segundo Martins (2012), é essencial que a educação mantenha seu objetivo de preparar os indivíduos para contribuir na sociedade, mas também é fundamental que ela ajude no desenvolvimento pessoal, promovendo a liberdade e combatendo a alienação.

O papel da mulher no arranjo produtivo familiar ainda necessita de melhor entendimento da sociedade. Baseando-se em uma ideologia sexista⁷, a entrada e a permanência da mulher no mercado de trabalho têm sido compreendidas como um complemento de renda. Nessa perspectiva, a mulher insere-se no mercado de trabalho nas situações em que o “homem da casa”, não tem rendimentos suficientes para prover a família, está desempregado, ou ainda em situações adversas, como em casos

de doenças na família. Paradoxalmente, muitas mulheres no país são chefes de família e criam seus filhos ou se responsabilizam por outros entes familiares sozinhas, sem a presença de um companheiro, conforme mostram os dados do IBGE que apontava que em 2022, dos 75,3 milhões de domicílios existentes no Brasil, 14,9% (11,3 milhões) tinham como pessoa de referência mães solo. Um estudo da Fundação Getúlio Vargas aponta ainda que todas as mães solo entre 15 e 60 anos, 29% estão fora no mercado de trabalho, 7,2% estão desempregadas e 63% estão ocupadas e que quando essas mulheres são mães de crianças com até 5 anos de idade estão fora do mercado de trabalho aumenta 32% e as que estão desempregadas sobre para 10%.

O estudo supracitado constata que aproximadamente 289 milhões de famílias no Brasil são chefiadas por mulheres. Ao assumir cada vez mais a responsabilidade da manutenção de seu núcleo familiar e manter atividades domésticas e maternas, a mulher incorpora determinadas restrições em relação ao tempo usado para o trabalho e horas extras, por exemplo. Outra dimensão que merece um olhar atento refere-se às mulheres que estão em idade reprodutiva, tendo companheiro ou não. Nestas situações a mulher é considerada uma mão de obra mais cara para o empregador, por conta de possíveis licenças de gestação ou ainda devido à possibilidade de ausências no trabalho para auxiliar nos cuidados e acompanhamento da vida dos filhos e demais familiares que estão sob sua responsabilidade, como ocorre, por exemplo, no acompanhamento em consultas médicas, tratamentos de saúde, reuniões escolares e outros.

Dificuldades no acesso aos programas sociais e as políticas públicas específicas para as mulheres, adequadas à saúde, à educação, à maternidade, à infância, ao trabalho e à renda. Nesse sentido, as mulheres foram desafiadas a se organizar e lutar para garantir o acesso às políticas públicas específicas (BARROS, 2005, p. 69).

Neste cenário é que apresentamos a seguir nosso objeto de pesquisa em discussão para esboçar os contornos e contextos de desenvolvimento que o caracterizam como uma possibilidade interventiva às opressões de gênero nas ofensivas capitalistas. Cabe, antes disso, colocar que tais ofensivas se materializam sobretudo através das políticas neoliberais operadas em desfavor da massa da população, no caso a classe trabalhadora, como a Reforma Trabalhista de 2017 no Brasil, Reforma da Previdência, Lei do Teto de gastos que impactou a saúde e a educação, fim de programas como o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ), Reforma do Ensino Médio e, como não poderia deixar de mencionar, o “vai e vem” do Brasil em relação a questão do migrante.

O foco principal dos programas educacionais, particularmente aqueles com uma perspectiva de gênero, deve ser uma busca constante pela justiça social e pela igualdade em direitos econômicos, políticos, sociais e culturais. É também importante que esses programas promovam valores humanistas e sociais nas interações sociais e lutem contra todas as formas de discriminação social, enfatizando a participação igualitária das mulheres. (SOUZA, 2009).

Em 2017 foi instituída a Lei de migração, Lei nº. 13.445, de maio de 2017. Em 2018 a Assembleia Geral da ONU cria o Pacto Global para Migração como um importante marco nesta questão de interesse geral dos países signatários. No entanto, no ano de 2019, o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), decide retirar o país do Pacto Global de Migração⁸ do qual era signatário, indo na contramão dos avanços conquistados anteriormente. Esse novo direcionamento alerta para a necessidade de se debater em uma perspectiva crítica, sobre a condição da mulher migrante na atualidade e as políticas educacionais como parte do processo de acolhida e inclusão.

O Registro Nacional Migratório⁹, apontou o número de 268.674 mulheres migrantes no Brasil entre os anos de 2010 e 2019. Segundo os dados do registro, 22% das migrações ocorreram por reagrupamento familiar, 69% das migrantes eram mulheres solteiras, 24% tinham entre 15 e 25 anos e 43% tinham entre 26 e 40 anos. Os dados apontam uma significativa feminilização da população migrante na atualidade, e também revelam uma condição social de pobreza atingindo mais as mulheres do que os homens. Pode-se igualmente traçar um perfil das mulheres nas rotas migratórias. Elas chegam muitas vezes sozinhas, enquanto outras seguem a família, que pode ser constituída pelos pais, maridos ou irmãos. Ao migrar, elas buscam ajudar a parte da família que ficou no país de origem ou mesmo em outros países, oferecer uma vida melhor para os filhos ou garantir o acesso à educação. São também comuns as fugas de relações violentas que, em geral, envolvem imigrações irregulares. Elas muitas vezes recebem um auxílio financeiro de algum parente e acompanham alguma criança.

Ao longo deste processo, as mulheres ficam vulneráveis à exploração sexual e muitas vezes seus corpos se tornam moedas de troca. Ao chegar em seu destino final deparam-se com novos desafios como legalizar a documentação, procurar trabalho e enfrentar barreiras linguísticas e culturais. Dada a condição de mulher e migrante, sentem na pele o resultado de um processo sistemático de invisibilidade (OLIVEIRA, PEIXOTO e GÓIS, 2017).

Ao chegar no destino da travessia os sonhos são abandonados. As migrantes passam a se dedicar ao cuidado da casa, das crianças e das pessoas agregadas ao contexto que ela está inserida. Encontram dificuldades de aprender a língua local, de conseguir trabalho e de interagir fora de seu núcleo social. O acesso a serviços sociais básicos como a consulta médica no posto de saúde, o preenchimento do CADÚnico¹⁰, ou ainda o acompanhamento diário dos filhos na escola, é bastante dificultado pelos entraves linguísticos e culturais. O preconceito no novo contexto social volta a mostrar marcas pela condição de migrante e mulher. Assim exposto, o acolhimento das mulheres migrantes é parte fundamental no processo de inclusão social. As políticas de educação podem oferecer caminhos para a entrada na vida social e econômica no novo país, além de estimular a cidadania participativa através do trabalho produtivo, tão valioso para as mulheres.

Nesse contexto, aponta Dornelas (2018, p. 260):

Enquanto a mulher e a questão de gênero não forem analisadas nos processos migratórios, em sua totalidade e complexidade, as políticas continuarão falhando em compreender a migração e fornecer o acesso – garantido a elas – de seus direitos nos países que as acolherem.

Políticas públicas de educação que estimulem, promovam e estimulem a inclusão dos migrantes, especialmente as mulheres através de uma ação educativa que oportunize o conhecimento e apropriação da língua de país de acolhimento associado as questões do mundo do trabalho, como qualificação profissional e acesso a emprego e as programas sociais de acesso a renda, como a experiência que vamos apresentar a seguir.

Programa “Mulheres Sim” no IFSC: a proposta interventiva e o percurso formativo no Campus Joinville

O Programa “Mulheres Sim” vem sendo desenvolvido desde 2014 pelo IFSC em diversos Campus na qualidade de extensão universitária ofertando cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) com recorte de gênero para mulheres, jovens e adultas maiores de 15 anos em situação de vulnerabilidade¹¹, e tem como um de seus objetivos, oportunizar que sejam inseridas no mundo do trabalho, retomem o processo de escolarização, conheçam e debatam temas ligados à condição da mulher e compartilhem conhecimentos e experiências.

A chamada dos cursos, comumente carregam o título do programa e no interior do programa, busca-se dialogar com demandas estratégicas internacionais de políticas de formação escolar para mulheres e estímulo à cidadania participativa das mulheres envolvidas no processo formativo. Geralmente é ofertado uma vez ao ano e no segundo semestre: de agosto a dezembro, com duração de aproximadamente cinco meses e totalmente gratuito.

Todos os Campus do IFSC podem adotar a proposta de extensão e ofertar um curso nos moldes primários do projeto, mas com possibilidade de adaptação. Portanto, trata-se de matriz flexível a realidade e necessidade que se verifica. Optamos por destacar especificamente o exemplo do Campus Joinville, no qual, visando estimular a mudança da realidade local, propõe o curso de Educação e Gênero, com carga horária total de 96 horas, que traz no seu currículo um percurso formativo que procura dialogar com as necessidades das educandas.

No percurso formativo do projeto político-pedagógico do programa são previstas oficinas e palestras como saúde e direito da mulher, informática, língua portuguesa, história e cidadania. O curso FIC é escolhido por campus. No caso de Joinville, a opção foi o artesanato. Ao longo do curso adotou-se uma Feira de Economia Solidária como estratégia de divulgação dos trabalhos realizados pelas educandas.

Para desenvolver o curso foram definidas parceiras entre servidores e professores do campus e educadores populares, que atuavam militantemente, visto que o programa não prevê remuneração aos educadores envolvidos. Tal característica transforma a adesão e o envolvimento com o curso um desafio. Os trabalhadores da educação envolvidos no programa desenvolvem as aulas de acordo com a sua formação e área de interesse.

Em um contexto de visibilidade de processos de exclusão social e debate, o curso ganha relevância. Processos educativos são ferramentas fundamentais para estimular uma cultura de paz, a sustentabilidade através de processos produtivos sustentáveis. No caso do curso, o artesanato é a atividade de geração de renda proposta.

De acordo com o Projeto Pedagógico do curso, os eixos formativos são a geração de renda por meio do debate, da economia solidária, da tecnologia e da história das mulheres. O curso é composto por sete unidades curriculares. O debate de gênero está inserido transversalmente nos estudos sobre políticas sociais públicas. Vários temas abordados buscam promover a inclusão educacional, econômica, social, cultural e pessoal das mulheres. Debate-se a autonomia, o combate à violência, a consolidação da cidadania e o desenvolvimento sustentável, de modo articulado com as políticas públicas de educação, assistência social, saúde e segurança.

A proposta interventiva que o programa levanta é justamente a de proporcionar um espaço formativo de troca de saberes e de transformação dessas mulheres no sentido de mudança de vida, o que dialoga com a perspectiva de Dayrell (1996, p. 26) quando aponta que:

A escola pode e deve ser um espaço de formação ampla do aluno, que aprofunde o seu processo de humanização, aprimorando as dimensões e habilidades que fazem de cada um de nós seres humanos. O acesso ao conhecimento, às relações sociais; às experiências culturais diversas podem contribuir assim como suporte no desenvolvimento singular do aluno como sujeito sociocultural, e no aprimoramento de sua vida social.

Ademais, conforme reitera Cury (2002, p. 246), “a educação escolar é um princípio fundante da cidadania, e tal princípio é indispensável para políticas que visam à participação de todos nos espaços sociais e políticos e do mundo do trabalho.” Considerando tais perspectivas é que no itinerário formativo, foram previstas ações para o desenvolvimento de estratégias de práticas empreendedoras e que também estimulassem o acesso e a permanência no mundo do trabalho.

Percebe-se, que no percurso formativo está presente um constante estímulo a reflexão crítica sobre o mundo atual, o que dialoga com Freire (1997) quando reflete sobre uma educação libertadora, que seja capaz de levar o indivíduo a refletir sobre si mesmo e sobre o mundo, e a pensar criticamente a realidade. A partir de uma percepção de como a realidade se apresenta, uma ação transformadora sobre a realidade que oprime, coloca o educando em um papel de protagonista, passando a ser construtor de sua própria história.

Deste modo, a educação está intrinsecamente ligada à cidadania, que por sua vez está relacionada ao despertar da consciência crítica. Essa determina o agir do ser humano no mundo, que o leva a assumir “uma nova postura diante dos problemas de seu tempo e de seu espaço”. (FREIRE, 1995, p. 57). Reiterando o papel da educação no processo de construção da cidadania ativa, pode-se igualmente citar Hannah Arendt ao afirmar que:

A construção de uma cidadania ativa, nesta perspectiva, deve fortalecer um compromisso cívico e deliberação coletiva de todos os temas da comunidade política, e somente tem possibilidades de ser no espaço em que se constitui o

público, em que o espaço público, mais que requisito para que as pessoas interiorizem o ideal cidadão, é onde se produz e se atribui sentido à cidadania e onde ela é exercida. A esfera pública é onde os cidadãos interatuam e decidem sobre os temas de interesse comum. (ARENDETT, 1995, p. 78).

Pedagogicamente o Programa “Mulheres Sim” tem como norte a concepção histórico crítica, a qual Saviani define como um empenho em compreender a questão educacional a partir do desenvolvimento histórico objetivo. A educação nesse processo é entendida como uma mediação no seio da prática social global. Os educandos se percebem como agentes, que aprendem e que podem transformar a realidade que o cerca.

A prática social posiciona-se, portanto, como o ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa. A transformação da realidade existente converte-se em uma responsabilidade deste sujeito histórico:

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se está, na “invasão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens. (FREIRE, 2007, p. 41).

Por isso, é preciso criar ações interventivas de combate aos processos históricos excludentes alimentados pela lógica do sistema capitalista. Quando ações desta monta são materializadas no mundo, aspectos como as barreiras linguísticas e culturais, questões de gênero e racismo¹², as responsabilidades e os arranjos familiares, dificultam a inserção das mulheres, sobretudo migrantes, no mercado de trabalho, tanto no formal quanto no informal. Quando se obtêm uma renda, esta é insuficiente para atender às necessidades básicas o que insere tais mulheres em uma condição de vulnerabilidade socioeconômica.

Nesse sentido, Castro (1990) e Goldani (1994) destacam que as famílias lideradas por mulheres são influenciadas por diversos fatores como pobreza, exclusão social, vulnerabilidade, preconceitos e desigualdades. A luta pela sobrevivência, a emancipação feminina, a relação com o trabalho, e as dimensões de gênero, classe, raça/etnia, e idade/geração são aspectos cruciais que permeiam a realidade dessas famílias.

Pensando nisso é que o IFSC Campus Joinville decide oferecer um curso de qualificação profissional em artesanato pelo Programa Mulheres Sim tendo como público-alvo as migrantes haitianas. Entre outros aspectos, o curso daria visibilidade a essa migrante e auxiliaria a mesma no processo de reconstrução de vida na cidade de Joinville. Além disto, o curso oportunizaria a inserção da educanda mediante a integração social e troca de experiências, o entendimento da cultura local, o conhecimento da cidade, do bairro em que vive, a escola em que o filho estuda, entre outras questões.

Fundamentado em uma política educativa de visibilidade, luta e resistência, o curso foi oferecido no ano de 2016, em um período bastante conturbado na política nacional. O curso caminhou na contramão do contexto de embates ideológicos e corte orçamentários para a educação. O Programa Mulheres Sim ofereceu uma possibilidade de desconstrução de mitos, preconceitos e de integração

entre mulheres de lugares muito diversos. A despeito de suas diferenças culturais e linguísticas, brasileiras e haitianas apresentavam trajetórias de vida que muitas vezes se cruzavam e compartilhavam dificuldades e inseguranças comuns. Nesta perspectiva de diálogo e visibilidade para a questão da inclusão das mulheres migrantes, o projeto foi construído e implementado, que contou com a participação de 30 educandas 15 brasileiras e 15 haitianas, que foram selecionadas a partir de critérios socioeconômicos e de vulnerabilidade adotados pelo sistema público de assistência social do município, que também era parceiro do programa e participou da busca ativa¹ contribuindo para a construção da turma e o acompanhamento ao longo do curso. Esse tipo de parceria é fundamental porque oportuniza o conhecimento e acesso a políticas de assistência social, tão importantes para populações vulneráveis, especialmente mulheres, nesse sentido Rosemberg aponta que

A educação das mulheres tem sido considerada uma das principais estratégias de combate à pobreza e ao subdesenvolvimento. Todas as grandes conferências internacionais patrocinadas pela ONU durante a década de 1990 incorporaram em suas recomendações um tópico sobre o acesso de meninas e mulheres a todos os níveis e modalidades educacionais (ROSEMBERG, 1997, p.67).

O programa ainda oferece uma bolsa de 300 reais distribuídos por três meses tempo de duração do curso como estratégia de permanência no curso além de transporte gratuito para estimular a frequência nas aulas. Durante o curso acontecia acompanhamento individual das educandas para perceber os avanços na aprendizagem e demandas pessoais que pudessem ser mediadas pela escola ou CRAS, parceiro do Programa mulheres sim. A busca ativa era também uma estratégia, estimular a frequência e reduzir a evasão, tanto que ao longo apenas três educandas evadiram uma migrante que conseguiu trabalho em restaurante como cozinheira e duas brasileiras por conta de arranjos familiares que inviabilizaram a permanência no curso.

Com uma perspectiva educacional histórico crítica, o Curso de Artesanato desenvolvido pelo Programa Mulheres Sim no IFSC Campus Joinville, teve como estratégia central de suas ações educativas, o estímulo à cidadania participativa. Buscou-se a tomada de consciência e do reconhecimento das educandas como sujeitos históricos capazes de contribuir para a transformação de sua realidade e do seu entorno, seja a família ou mesmo a comunidade.

Alexandra Kollontai (1982, p. 13), nos leva a refletir sobre o processo de emancipação da mulher quando nos afirma que:

Para tornar-se realmente livre, a mulher tem que se desembaraçar das cadeias que faz pesar sobre ela a forma atual, ultrapassada e constrangedora, da família. Para a mulher, a solução do problema familiar não é menos importante que a conquista da igualdade política e o estabelecimento de sua plena independência econômica.

Os saberes das educandas foram o ponto de partida do percurso formativo. Como eixos abordados citam-se o conhecimento histórico-cultural e cidadania, informática, saúde e direito da mulher, língua portuguesa, economia solidária e o artesanato como qualificação profissional. O desenvolvimento de atividades formativas em língua portuguesa e o estímulo à comunicação com

outras mulheres no idioma local, contribui significativamente no processo de integração social, como aponta Grosso (2010, p. 74):

Por diferentes necessidades contextuais, ligadas muitas vezes à resolução de questões de sobrevivência urgentes, em que a língua de acolhimento tem de ser o elo de interação afetivo (bidirecional) como primeira forma de integração (na imersão linguística) para uma plena cidadania democrática.

A história e a cultura do Haiti e de Joinville ofereceram ingredientes para a elaboração de materiais de apoio no curso. Os materiais produzidos mediaram o diálogo entre os grupos e estimularam os debates e a troca de conhecimentos. A tecnologia também foi recurso de mediação bastante utilizado no curso. Nas aulas que ocorriam no laboratório de informática, a produção textual e de materiais artísticos serviram como pretexto para estimular a escrita em língua portuguesa. Os conteúdos audiovisuais, escritos em *criollo* haitiano e português e o uso dos demais aplicativos do pacote Office, como o processador de texto Word e a planilha de cálculos Excel, foram pontos de mediação pedagógica nas aulas dialogadas expositivas.

De modo, a ilustrar o processo educativo seguem algumas estratégias de mediação utilizadas no curso. Um episódio do programa televisivo “Passagem Para”¹³, foi utilizado para abordar aspectos da cultura, geografia, religião e a presença brasileira no país através das tropas de paz da ONU¹⁴. No referido episódio, várias questões emergiram desta situação como, por exemplo, os resultados que a presença das tropas de paz trouxe para o povo haitiano. Em uma roda conversa, as mulheres compartilharam as suas experiências no Haiti e assim foi possível confrontar as versões divulgadas através das mídias jornalísticas.

Outra atividade pedagógica foi a confecção de bonecas abayomi¹⁵ pelas educandas. Este foi o momento para abordar histórias de visibilidade e resistência da mulher negra, dialogar sobre o racismo nosso de cada dia, que é naturalizado (mesmo de forma inconsciente) em expressões e práticas cotidianas. A aula oportunizou um momento de debate e desconstrução de ideias relacionadas ao preconceito racial. Situações de racismo faziam parte do cotidiano das educandas haitianas. A abordagem do tema na sala da aula estimulou a desconstrução de pré-conceitos a partir da ressignificação de ideias e da incorporação de novas práticas que estimulassem a empatia e o reconhecimento do outro como sujeito de direito. A questão racial e toda sua complexidade ganharam foco nesta aula.

As aulas de campo, prática comum do percurso formativo, oportunizaram um novo olhar sobre a cidade de Joinville e suas regiões vizinhas. Foram visitados pontos turísticos e de interesse cultural como o Museu Nacional de Imigração, Parque Zoobotânico e o Museu do Mar na cidade de São Francisco do Sul, para mediar um olhar diferenciado sobre questões como a cultura local, sua dinâmica social e história, possibilitando o conhecimento e acesso a espaços públicos de lazer e cultura e a reflexão sobre o direito a cidade.

Durante a visita guiada ao Museu Nacional de Imigração, foi possível refletir sobre a condição das mulheres migrantes em outras épocas. Levantaram-se os nomes, as memórias, os sonhos

e os objetos afetivos que as migrantes trouxeram na bagagem para ajudar a construir a cidade que temos hoje. A condição da mulher emigrante em tempos diferentes da história possibilita estabelecer paralelos com as condições das migrantes atuais. De um modo geral, a despeito da diferença de contextos, as condições são muito parecidas. A busca por uma vida melhor, o acompanhamento do marido, irmão ou pai, a necessidade de ajudar a família, não ter a opção de ficar, desejar reconstruir sua trajetória são motivações atuais e sempre presentes para muitas migrantes que atravessaram o oceano.

Nas aulas de informática a escrita em português foi exercitada com o processador de texto Word. A planilha de cálculos Excel possibilitou a realização de orçamentos domésticos. Além disso, uma pesquisa sobre a saúde e direitos da mulher na internet possibilitou explorar os recursos de navegação da rede.

De um modo geral, o diálogo promovido ao longo do curso com o objetivo da desconstrução de preconceitos, as atividades formativas, os estudos e o debate sobre economia solidária¹⁶, estimularam a reflexão crítica sobre estratégias de geração de renda autônoma e contribuiu para a construção de novos olhares, laços e oportunidades.

À guisa da conclusão

O Programa Mulheres Sim desenvolvido pelo IFSC, Câmpus Joinville, nasceu da necessidade de continuidade das políticas de educação profissional com recorte de gênero, que foram iniciadas no governo do presidente Lula no ano de 2007 e ampliadas no governo da presidenta Dilma a partir de 2011. O IFSC Campus Joinville prosseguiu com o diálogo entre as demandas da sociedade civil trazendo para a instituição de ensino o debate como os movimentos de mulheres de Joinville. Ações educativas estimulando o debate sobre a desigualdade de gênero, tem grande impacto na percepção sobre a condição da mulher na sociedade que vivemos além de reforçar a educação como estratégia de transformação de realidades sociais. O conturbado momento de crise humanitária em que estamos inseridos torna ainda mais importantes ações neste sentido.

As questões levantadas nesse trabalho fazem parte do cotidiano de mulheres das mais diversas regiões e culturas. A experiência educativa apresentada do projeto influenciou na dinâmica da instituição de ensino. O ingresso de um público invisível até mesmo para a instituição, trouxe novos olhares, reflexões e abriu possibilidades para o uso de novas práticas pedagógicas na escola e beneficiou os envolvidos no percurso formativo. A prática escolar desenvolvida reforça a necessidade de políticas educacionais que promovam a equidade de gênero. O avanço das mulheres ocorre no coletivo, sempre impulsionando os seus e os outros.

No entanto, não se pode fechar os olhos diante do cenário migratório. O século XXI está sendo marcado por uma crise mundial do sistema capitalista, resultado de uma globalização inacabada, que não incluiu e deixou pelo caminho uma grande parcela da população mundial. Dados de um relatório da ONU apontam que no ano de 2020 cerca de 2,4 bilhões de pessoas, o que corresponde a

quase um terço da população mundial viviam sem condição nutricional adequada. A exposição à fome, as guerras e conflitos armados, às perseguições políticas e religiosas e às catástrofes climáticas estimula o processo migratório. Busca-se a sobrevivência, a qualidade de vida, a segurança, o trabalho e tantas outras motivações. No caso das mulheres, estas também migram procurando melhores condições de vida para sua família e para si mesma. Além dos fatores econômicos, somam-se outros aspectos tais como: “a transgressão dos limites sexuais impostos pela sociedade, os problemas conjugais e a violência física, a impossibilidade de divórcio, os casamentos infelizes e desfeitos, a discriminação contra grupos femininos específicos e a ausência de oportunidades para as mulheres” (ASSIS, 2007, p. 751).

O processo migratório contemporâneo é um fenômeno bastante complexo dada a sua intensidade, diversificação e principalmente às múltiplas causas que o originam. Pode-se citar, por exemplo, as transformações decorrentes da economia globalizada, que é inacabada e excludente e que repercutem na precarização das relações de trabalho, na falta de emprego, no aumento das desigualdades no mundo, nas barreiras econômicas protecionistas que dificultam os países emergentes de inserirem seus produtos em condições competitivas nos mercados. Soma-se a isto, os governos ditatoriais com perseguições políticas e religiosas, e as constantes guerras e conflitos armados que assolam diversas regiões do planeta (CAVALCANTI, OLIVEIRA e TONHATI, 2014).

Assim, a escola/universidade e seus processos educativos, seja na escolarização formal ou em cursos de qualificação profissional assume, portanto, um dos eixos do processo de acolhimento. Ela tem a capacidade de incluir, dar visibilidade, respeito, singularidade, cultura e perspectiva de vida. No entanto, não existe acolhimento sem a escuta atenta e interessada, sem entender o contexto, em pensar em políticas que estimulem a construção da autonomia nos migrantes e refugiados. Estes precisam ser reconhecidos socialmente para serem incluídos nas políticas públicas. O acolhimento é, portanto, um processo complexo, multifacetado, interdisciplinar, multiprofissional, intercultural e não neutro. Ele deve oportunizar ao migrante o seu reconhecimento como sujeito de direito, tendo a escola e seus processos formativos como mediação para a apropriação dos conceitos e do modo de vida local.

Referências

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 7 ed., São Paulo/Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. 5 ed., São Paulo: Perspectiva, 2005.

ASSIS, G. de O. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 745-747, jan. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/pTknVwR7jtGFHsPfyV5Mk7x/abstract/?lang=pt>. Acesso em 23 abr. 2023.

BARROS, Ilena. Felipe. **A inserção das mulheres na luta pela terra: movimento de participação e/ou submissão?**. 2005. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal / Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião de posse no Congresso Nacional - Brasília, 1º de janeiro de 2011**. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-vana-rousseff-durante-a-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional>. Acesso em 20 jan. 2023.

BRASIL. **Programa Mulheres Sim - Ministério da Educação**. Brasília: MEC, 2011. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em 20 fev. 2023.

CASTELO, RODRIGO. **Tragédia, farsa e crise: ensaios sobre ideologia, desenvolvimento e capitalismo dependente no Brasil**. Editora Lutas Anticapital, Marília, 2022.

CASTRO, Mary G. Mulheres chefes de família, esposas e filhas pobres nos mercados de trabalho metropolitanos (São Paulo e Salvador, 1980). **Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, Caxambu - MG. 1990. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1990/T90V02A12.pdf>. Acesso em 20 fev. 2023.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; TONHATI, T. **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Brasília: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais, 2014. **Conceito de Vulnerabilidade**. 23 de Janeiro de 2012. Disponível em: <https://conceito.de/vulnerabilidade>. Acesso em 30 mar. 2023.

DAVID, Mônica Cristiane; RIBAS, Cíntia Cargnin Cavalheiro; KNAUT, Michelle Souza Julio. Abayomi não é Brinquedo!. **Docero Brasil**, 29 de Julho de 2022. Disponível em: <https://doceru.com/doc/nnn50xe8>. Acesso em 15 mar. 2023.

DELFIN, B. **Rodrigo. Mulheres migrantes e refugiadas: riscos e proteção no contexto da violência de gênero**. 2017. Disponível em: www.educacaoemfronteiras.org.br. Acesso em 24 abr. 2023.

DORNELAS, P. D; RIBEIRO, R. G. N. Mulheres migrantes: invisibilidade, direito à nacionalidade e a interseccionalidade nas políticas públicas. **Soc Quest.**, 11(41):247-264, 2018.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Disseminação de inovações e políticas públicas e espaço local. **O&S**, Salvador, v. 15, n. 45, p. 107-126, 2008.

FARIA, Bárbara Mano de. “Reflexões sobre ensino de português e acolhimento de mulheres migrantes”. **Revista Ponte**, v. 1, n. 6, ago. 2021. Disponível em: <https://www.revistaponte.org/post/reflex-ensi-port-acolhi-mulh-migra>. Acesso em 23 abr. 2023.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4 ed., rev., São Paulo: Global; 2009.

FONTES, Virgínia Maria Gomes de Mattos et al. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. EPSJV/UFRJ, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 7 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 6 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 39 ed., São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Política e educação**. Indaiatuba, SP: Villa das Letras, 2007.
- GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**. São Paulo: Petrópolis, 2009.
- GELEDES. Disponível em: www.geledes.org.br. Acesso em 18 mar. 2023.
- GOLDANI, A. M. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. **Revista Travessia do Centro de Estudos Migratórios**, São Paulo, n. 5, p. 58-78, 1989.
- GROSSO, Maria José dos Reis. Língua de acolhimento, língua de integração. **Horizontes de Linguística Aplicada - UNB**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 61-77, 2010.
- GUZZO, Valdemir. Educação e a reflexão filosófica. **Revista Sociais e Humanas**, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 09-16, dez. 2009. ISSN 2317-1758. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/756>. Acesso em 20 fev. 2023.
- [HTTPS://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos](https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos). Acesso em 19 nov. 2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Estatística de gênero**. 2016. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em 11 abr. 2023.
- KOLLONTAI, Alexandra. **Autobiografia de uma mulher emancipada**. São Paulo: Sundermann, 2007.
- KOLLONTAI, Alexandra. **Marxismo e revolução sexual**. São Paulo: Global Editora, 1982.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 9, n. 3, p. 325-356, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648> Acesso em: 20 abr. 2023.
- MARTINS, Ligia Márcia. Da formação humana em Marx à crítica da pedagogia das competências. In: DUARTE, Newton (Org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. 2 ed., rev. Campinas: Autores Associados, 2012.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- Mulheres e Migração: números e fontes sobre mulheres na migração contemporânea** - Museu da Imigração. Disponível em: www.museudaimigracao.org.br. Acesso em 20 fev. 2023.
- OBSERVATORIO3 SETOR.ORG.BR. Acesso em 10 fev. 2023.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. 1 ed., 4 Reimpr., São Paulo: Boitempo, 2015.
- POPAY, J.; et al. **Understanding and Tackling Social Exclusion**. Final Report to the WHO Commission on Social Determinants of Health from the Social Exclusion Knowledge Network, 2008.
- PROGRAMA BRASIL CARINHOSO**. Brasília, MEC, 2011. Disponível em: www.fn.de.gov.br/programas/brasil-carinhoso. Acesso em 15 abr. 2023.

ROSEMBERG, Fúlvia. Relações raciais e rendimento escolar. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, FCC. n. 63, nov.,1997.

SÁNCHEZ GAMBOA, S. A. **Epistemologia da pesquisa em educação: estruturas lógicas e tendências metodológicas**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 9 ed., Campinas: Autores Associados, 2005.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 3ª ed., Editora Expressão Popular, São Paulo, 2021.

SOUZA, Simone Maria de. **Movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST): as contradições vivenciadas na produção sem a participação das mulheres negras**. 2009. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2009.

¹Doutoranda em educação Universidade Tuiuti do Paraná (UTP/PR). Mestra em educação – UNIVILLE /SC. Professora concursada da rede pública estadual de Santa Catarina lecionando no ensino médio com a disciplina de História e com estágio supervisionado no curso de magistério. Pesquisadora junto ao grupo de pesquisa "Estado e Políticas Educacionais", link: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1385303808316577. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8451647189378580>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0665-6783>. E-mail: hanense@gmail.com.

² Mestra em História pela Universidade Estadual de Goiás (PPGHIS-UEG). Advogada inscrita nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Ceará sob o nº 40.224/CE. Pesquisadora junto ao grupo de pesquisa Capitalismo e História - Instituições, Cultura e Classes Sociais (UFG), link: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6757125856084318. Bem como ao Grupo de Pesquisa História, Intelectuais e Ideologias (GPHII) vinculado a UEG, link: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7614565125241708. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2655669818477435>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0453-8388>. E-mail: vilandiaalencar01@gmail.com

³ Faz-se necessário apontar a existência de diferentes perspectivas acerca do uso (ou não) da categoria “superexploração” para designar o modo como se dá a expropriação da força de trabalho nos países da América Latina entendidos como sendo de economia do tipo dependente. Assim, faremos uso do termo em outras passagens desta pesquisa, filiados à linha de pensamento de Ruy Mauro Marini (2017) e Virgínia Fontes (2010), mas sem adentrar nessa polêmica, uma vez que se trata de um debate extensivo a respeito da existência ou não da superexploração, pois muitos outros autores são críticos a essa noção, considerando que mesmo nestes países a força de trabalho é vendida em geral pelo seu valor e não abaixo do seu valor, conforme entendem Marini (2017) e Fontes (2010).

⁴ Para um aprofundamento teórico acerca do capitalismo dependente, recomenda-se: “[Tragédia, farsa e crise: ensaios sobre ideologia, desenvolvimento e capitalismo dependente no Brasil](#)”, de Rodrigo Castelo (2022); “Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina”, de Florestan Fernandes (2009); e “Crítica a razão dualista: o ornitorrinco”, de Francisco de Oliveira (2013).

⁵ A equidade de gênero diz respeito a uma tentativa de reparação histórica que visa eliminar toda e qualquer discriminação contra a mulher, a fim de estabelecer a igualdade entre homens e mulheres com base no reconhecimento das necessidades e características próprias de cada gênero, especialmente em relação à desvantagens e vulnerabilidades que as mulheres enfrentam enquanto grupo.

⁶ No dia 9 de março de 1851, um grupo de imigrantes alemães chegou na barca Colon e desembarcou às margens do rio Cachoeira, em meio à mata virgem, para construir a Colônia Dona Francisca, nas terras que integravam o dote da princesa Francisca Carolina ao casar com o príncipe de Joinville, François Ferdinand Phillipe Louis Marie. Disponível em: www.joinvilleiros.com.br/história-de-joinville/. Acesso em 01 mai. 2022.

⁷ Sexismo é o preconceito ou discriminação baseada no sexo ou gênero de uma pessoa. O sexismo pode afetar qualquer gênero, mas é particularmente documentado como afetando mulheres e menina.

⁸ No ano de 2019, em um encontro promovido pela ONU no Marrocos, o governo brasileiro, representado pelo chanceler Ernesto Araújo e sob orientação do presidente Jair Bolsonaro se retira do Pacto Global de Migração, alegando que o processo migratório sem critérios afeta a soberania nacional. Conforme a reportagem, o presidente entende que o país tem direito de escolher quem irá ser recebido como migrante. Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/mundo/brasil-se-retira-do-pacto-global-sobre-migracao/>. Publicado em 8 jan. 2019. Acesso em jun. 2022.

⁹ O registro consiste na identificação civil, por dados biográficos e biométricos, para obter um número de Registro Nacional Migratório (RNM) e a Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM).

¹⁰ O Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal foi criado em 2001, por meio do [Decreto nº. 3.887](#). Atualmente, podem se cadastrar famílias cuja renda mensal total seja de até três salários mínimos ou de até meio salário mínimo por pessoa. O CadÚnico é a principal forma de entrada para programas do governo federal e algumas políticas públicas.

¹¹ O conceito pode ser aplicado a uma pessoa ou a um grupo social conforme a sua capacidade de prevenir, de resistir e de contornar potenciais impactos. As pessoas vulneráveis são aquelas que, por diversas razões, não têm essa capacidade desenvolvida e que, por conseguinte, se encontram em situação de risco.

¹² Define como a Superioridade de uma Raça (Etnia) sobre a outra. Acontece por meio de um processo hierárquico e Hegemônico de uma Etnia que se sobrepõe a outra Etnia.

¹³ Nome de um programa de televisão brasileiro, exibido desde 2004, pelo Canal Futura, em que o jornalista Luís Nachbin mostra diversos países do mundo, focando nas curiosidades culturais peculiares a cada povo. Disponível em: www.canalfutura.org.br

¹⁴ Forças de manutenção da paz das Nações Unidas (em inglês: United Nations Peacekeeping Forces) são forças militares multinacionais instituídas pela Organização das Nações Unidas com a aprovação e objetivos designados pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas para atuar em zonas de conflito armado. Seus participantes são conhecidos como boinas azuis ou capacetes azuis. Geralmente os objetivos das missões estão relacionados ao monitoramento de cessar-fogos, supervisionamento de retirada de tropas.

¹⁵ A origem dessas bonecas remonta da década de 80, no Rio de Janeiro, quando diversas mulheres se reuniram para organizar o 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras; durante essas reuniões que ocorriam em uma escola da região, essas mulheres aproveitavam-se da sala de artesanato da escola para realizar a confecção de bonecas que as representassem de alguma forma, desta maneira surge a Abayomi. Apesar de bem diferentes, ambas as histórias mostram que a Abayomi é um símbolo do orgulho e consciência negra e ressaltam a importância que essas bonecas tiveram e tem na cultura negra; apresenta-las para os educandos e oferecer-lhes uma visão nova desta cultura, suas contribuições e de sua real importância na sociedade atual.

Recebido em: 25 de maio 2023

Aprovado em: 26 de dez. 2023